

A ENCRUZILHADA DO PAICV

Fernando Monteiro

O Partido Africano da Independência de Cabo Verde encontra-se, uma vez mais, numa encruzilhada histórica. Botado, pela força da realidade, num cruzamento sem tabuleta indicativa dos lugares aonde conduzam as vias, o Partido de Amílcar Cabral tem em mãos uma autêntica quebra-cabeça.

Na realidade, as derrotas sucessivas nas eleições de 1991 fizeram o PAICV desembocar num caminho bifurcado que lembra os oráculos antigos: a terra prometida está no fim de um dos troços; o inferno ou país das tormentas está no final do outro troço. Sem indicação de qual o caminho certo, que fazer?

A encruzilhada do PAICV, é bom de se ver, tem um nome — Pedro Pires. E o objectivo do partido dos combatentes do mato é, obviamente, o Palácio da Várzea.

O dilema resulta do facto de Pedro Pires, mais de que ninguém, incarnar o regime anterior, ser o espelho do regime que vigorou até Dezembro de 1990, regime que modelou, venceu e representou mais do que qualquer outro dirigente, da mesma forma que, mais do que o próprio Secretário-Geral Aristides Pereira, marcou e foi a alma do PAICV, desde Janeiro de 1981.

Sendo Primeiro Ministro desde o dia zero da Independência, em Pedro Pires todos viram tudo o que de mal aconteceu neste país, durante os quinze anos do governo PAICV. Muitos paicevistas inclusive acreditam que, mais do que o PAICV, quem sofreu penalização no dia 13 de Janeiro foi Pedro Pires, Primeiro Ministro. Pedro Pires foi a cara, e o coração, mais visível do regime anterior. A lógica é que se o regime foi penalizado, foi-o através de e na pessoa de Pedro Pires. Por isso é que a ele foi atribuído o ónus pesado da derrota de 13 de Janeiro, é o responsável número um dessa derrota e representa o PAICV derrotado nas urnas.

Embora eventualmente possam concordar com esse ponto de vista, a realidade é que uma franja muito grande da classe política assim pensa, o mesmo se pode dizer de um segmento apreciável do eleitorado.

Mas, a ser isso verdade, Pedro Pires era e é um homem a abater, há que decapitar o PAICV daquele que tem surgido e é como que o seu rosto, já que para a recuperação do seu lugar no coração do eleitorado caboverdiano, é condição sine qua non para o PAICV a mudança radical da sua imagem, do seu rosto.

Pires: uma substituição difícil

Contudo, e apesar de o ex-Primeiro Ministro ter posto, na altura, o seu lugar à disposição, dado o elevado

grau de desorientamento causado pelo choque violento que foi a derrota na dimensão que você conhece, a única figura que se apresentava capaz de aguentar a barca, de modo a que, na borrasca, se não despedaçasse contra os escolhos, foi Pedro Pires.

Tenho para mim que esse foi um erro crasso daqueles que dentro do PAI atribuem a derrota nas urnas ao Comandante de Brigada das FARP. Na política, o tempo é de ouro e as oportunidades históricas dificilmente se repetem, pelo que quem não aproveitou a sua oportunidade

conhecer que Pedro Pires pôs dedo em muitas das medidas positivas de l'ancien régime.

Em conclusão, Pedro Pires incorporado o que de bom e de mau teve o anterior regime e, já agora, o próprio PAICV.

Mas em que isso constitui dilema e coloca o PAICV numa encruzilhada?

Simplesmente porque a derrota de 13 de Janeiro põe em questionamento, permanente e renovado, a liderança do PAICV, aliás, como já

guerrilhas para ele não se candidatar.

Um parêntesis aqui para dizer que esse raciocínio também se aplica a qualquer dirigente do PAICV que tenha ocupado cargo de grande destaque no Governo de Pedro Pires.

PAICV sem Pedro Pires?

Avante. Não se candidatando Pedro Pires, conseguiria o PAICV chegar ao Poder ou seja, à terra prometida? Admitindo que sim, o que potenciará essa possibilidade?



histórica pode ficar irreversivelmente perdido. Não o tendo feito na altura, a substituição de Pedro Pires torna-se agora mais difícil e problemática. Porquê?

Em primeiro lugar porque, e isso é evidente, o PAICV recuperou do golpe que sofreu a 13 de Janeiro. Por mérito próprio ou por demérito alheio, não interessa. O certo é que o Partido de Cabral recuperou o fôlego, tem hoje maior disposição para a luta e, acima de tudo, uma faixa dos seus militantes e do seu eleitorado acredita na vitória em 1996. Foi uma recuperação vigorosa, importa reconhecer isto.

Mas, mais importante do que a recuperação do PAICV a atrapalhar os desígnios dos que querem ver Pires fora do partido que fundou, é simplesmente isto: se se pode, com legitimidade, indexar a figura de Pedro Pires aos aspectos negativos do regime anterior e, consequentemente, à derrota nas eleições, também é legítimo que o seu nome seja ligado aos aspectos mais positivos do regime anterior, é de elementar justiça re-

vimos.

Pedro Pires pôs o seu lugar novamente à disposição. Balão de ensaio ou não, isso para aqui não é chamado agora. O certo é que no tiro da partida já se colocaram ou foram colocados quatro candidatos: Aristides Lima, Corsino Tolentino, João Pereira Silva e Silvino da Luz. Certo também é que militantes de base estão a se movimentar para que Pedro Pires reveja a sua posição e parta, uma vez mais, para a conquista do lugar de Secretário-Geral do PAICV. Mas, mais do que certo é o próximo Congresso escolher um líder para o partido. Pires ou outro.

Se for o ex-chefe de Executivo, o 13 de Janeiro poderá repetir-se, o PAICV poderá ser penalizado por causa da desgastada imagem de Pires. Este recio é a mola que espaventa aqueles que o querem longe da política, é a base dos argumentos dos seus adversários: Pedro Pires, se fosse eleito no VI Congresso, conduziria o PAICV para uma nova derrota. Ou seja, para o inferno ou país das tormentas. Por isso há pressões, há

Naturalmente, para além das acções do PAICV e do marketing político que for capaz de fazer, acima de tudo seria o insucesso do Governo MpD ou a sua incapacidade em resolver, a contento, os problemas do eleitorado, a ponto deste se dispôr a penalizá-lo nas próximas eleições. Seria, portanto, essencialmente por demérito ou impossibilidade do MpD em cumprir o seu programa.

Ora, se o eleitorado se dispuser a apostar no PAICV, será por uma única razão, acho eu: tendo termos de comparação, conclui que o PAICV será mais capaz de resolver os seus problemas de que o MpD, que o PAICV, afinal de contas, governou melhor do que o MpD e que, por consequência, merece voltar ao Governo.

E quem será essa referência do passado do PAICV, se não for Pedro Pires?

Aristides Lima? Se o eleitorado vir, porventura, escolher o PAICV pelas razões atrás apontadas, há-de penitenciar-se por ter, nas eleições anteriores, escolhido o desconhecido,

a incógnita. Nestas circunstâncias, quererá apostar de novo no desconhecido, no incógnito que Aristides Lima representaria? Não é o nosso povo quem diz, diante das incertezas que o começo de um novo ano sempre encerra, "se é pãano pior, dexaqueli"? Escolher outra incógnita e sofrer novas desilusões, não seria preferível manter a aposta em Carlos Veiga?

Neste cenário, Pedro Pires é válido e imprescindível ao PAICV e terão razão aqueles que nele apostam. Até porque joga ainda a favor dele a sua base social de apoio que, deixando Pires de ser rei no tabuleiro do PAICV, poderá ela, em grande parte, ir engrossar o exército dos abstencionistas, o que poderia pôr em perigo a hipotética vitória do PAICV.

Se o MpD conseguir manter um certo equilíbrio económico e social, se não se desgastar o suficiente para perder a maioria e se o regresso ao Poder depender mais da renovação da imagem do PAICV, renovação que, para ser credível e capaz de convencer o eleitorado, terá que passar, necessariamente, pelo afastamento do espectro de um regresso ao passado, eleger Pedro Pires no VI Congresso seria um deliberado acto de suicídio, a aposta na liderança de Pires seria um erro histórico, Pedro Pires será um obstáculo intransponível na caminhada do PAICV para o Palácio da Várzea. Neste caso, e só neste caso, o melhor dos candidatos será Aristides Lima.

Mas como poderá o PAICV saber, até ao Congresso de Julho, qual dos dois cenários a prevalecer? Eis aqui o dilema. O resultado nítido da governação do MpD — sucesso ou insucesso aos olhos do eleitorado — só será verdadeiramente conhecido lá mais para a frente, nas vésperas do final do mandato. Só lá é que se saberá se o eleitorado estará disposto a penalizar o MpD porque governou mais pouco que o PAICV e, assim, voltar para o seu referencial, Pedro Pires, ou se achará que o Governo de Carlos Veiga pecou muito mas não o bastante para lhe retirar o poder, a não ser que o PAICV o convença de que tudo mudou e é capaz de, no mesmo quadro de valores, fazer melhor do que o partido do Movimento.

O drama do PAICV é que tem de escolher agora, no mês de Julho. Se eleger Pires e o eleitorado não sentir saudades doutro, quando for votar? Se não eleger Pires e o eleitorado não quiser apostar mais no MpD e, consequentemente, em alguém que não tenha dado provas de governar bem?

Eis a encruzilhada. Se eleger Pires, pode perder; se o não eleger, pode perder. É caso para dizer que o PAICV é refém de Pedro Pires. Como no ditado, o PAICV está preso por ter Pires e preso por não ter Pires.

P-4

A ENCRUZILHADA DO PAICV

Fernando Monteiro

O Partido Africano da Independência de Cabo Verde encontra-se, uma vez mais, numa encruzilhada histórica. Botado, pela força da realidade, num cruzamento sem tabuleta indicativa dos lugares aonde conduzam as vias, o Partido de Amílcar Cabral tem em mãos uma autêntica quebra-cabeça.

Na realidade, as derrotas sucessivas nas eleições de 1991 fizeram o PAICV desembocar num caminho bifurcado que lembra os oráculos antigos: a terra prometida está no fim de um dos troços; o inferno ou país das tormentas está no final do outro troço. Sem indicação de qual o caminho certo, que fazer?

A encruzilhada do PAICV é bom de se ver, tem um nome — Pedro Pires. E o objectivo do partido dos combatentes do mato é, obviamente, o Palácio da Várzea.

O dilema resulta do facto de Pedro Pires, mais de que ninguém, incarnar o regime anterior, ser o espelho do regime que vigorou até Dezembro de 1990, regime que modelou, venceu e representou mais do que qualquer outro dirigente, da mesma forma que, mais do que o próprio Secretário-Geral Aristides Pereira, marcou o foi a alma do PAICV, desde Janeiro de 1981.

Sendo Primeiro Ministro desde o dia zero da Independência, em Pedro Pires todos viram tudo o que de mal aconteceu neste país, durante os quinze anos do governo PAICV. Muitos paicevistas inclusive acreditam que, mais do que o PAICV, quem sofreu penalização no dia 13 de Janeiro foi Pedro Pires, Primeiro Ministro. Pedro Pires foi a cara, e o coração, mais visível do regime anterior. A lógica é que se o regime foi penalizado, foi-o através de e na pessoa de Pedro Pires. Por isso é que a cle foi atribuído o ónus pesado da derrota de 13 de Janeiro, é o responsável número um dessa derrota e representa o PAICV derrotado nas urnas.

Embora eventualmente possa não concordar com esse ponto de vista, a realidade é que uma franja muito grande da classe política assim pensa, o mesmo se pode dizer de um segmento apreciável do eleitorado.

Mas, a ser isso verdade, Pedro Pires era e é um homem a abater, há que decapitar o PAICV daquele que tem surgido e como que o seu rosto, já que para a recuperação do seu lugar no coração do eleitorado caboverdiano, é condição *sine qua non* para o PAICV a mudança radical da sua imagem, do seu rosto.

Pires: uma substituição difícil

Contudo, e apesar de o ex-Primeiro Ministro ter posto, na altura, o seu lugar à disposição, dado o elevado

grau de desorientamento causado pelo choque violento que foi a derrota na dimensão que você conhece, a única figura que se apresentava capaz de aguentar a barca, de modo a que, na botafoca, se não despedaçasse contra os escolhos, foi Pedro Pires.

Tenho para mim que esse foi um erro crasso daqueles que dentro do PAI atribuem a derrota nas urnas ao Comandante de Brigada das FARP. Na política, o tempo é de ouro e as oportunidades históricas dificilmente se repetem, pelo que quem não aproveitar a sua oportunidade

conhecer que Pedro Pires pôs dedo em muitas das medidas positivas de l'ancien régime.

Em conclusão, Pedro Pires incorporado o que de bom e de mau teve o anterior regime e, já agora, o próprio PAICV.

Mas em que dilema se encontra e coloca o PAICV numa encruzilhada?

Simplemente porque a derrota de 13 de Janeiro pôe em questionamento, permanente e renovado, a liderança do PAICV, aliás, como já

guerrilhas para ele não se candidatar.

Um parêntesis aqui para dizer que esse raciocínio também se aplica a qualquer dirigente do PAICV que tenha ocupado cargo de grande destaque no Governo de Pedro Pires.

PAICV sem Pedro Pires?

Avante. Não se candidatando Pedro Pires, conseguiria o PAICV chegar ao Poder ou seja, à terra prometida? Admitindo que sim, o que potenciará essa possibilidade?



histórica pode ficar irreversivelmente perdido. Não o tendo feito na altura, a substituição de Pedro Pires torna-se agora mais difícil e problemática. Porquê?

Em primeiro lugar porque, e isso é evidente, o PAICV recuperou do golpe que sofreu a 13 de Janeiro. Por mérito próprio ou por demérito alheio, não interessa. O certo é que o Partido de Cabral recuperou o fôlego, tem hoje maior disposição para a luta e, acima de tudo, uma faixa dos seus militantes e do seu eleitorado acredita na vitória em 1996. Foi uma recuperação vigorosa, importa reconhecer isto.

Mas, mais importante do que a recuperação do PAICV a atrair os desígnios dos que querem ver Pires fora do partido que fundou, é simplesmente isto: se se pode, com legitimidade, indagar a figura de Pedro Pires aos aspectos negativos do regime anterior e, consequentemente, à derrota nas eleições, também é legítimo que o seu nome seja ligado aos aspectos mais positivos do regime anterior, é de elemental justiça re-

vimos.

Pedro Pires pôs o seu lugar novamente à disposição. Balão de ensaio ou não, isso para aqui não é chamado agora. O certo é que no tiro da partida já se colocaram ou foram colocados quatro candidatos: Aristides Lima, Corsino Tolentino, João Pereira Silva e Silvino da Luz. Certo também é que militantes de base estão a se movimentar para que Pedro Pires reveja a sua posição e parta, uma vez mais, para a conquista do lugar de Secretário-Geral do PAICV. Mas, mais do que certo é o próximo Congresso escolher um líder para o partido, Pires ou outro.

Se for o ex-chefe de Executivo, o 13 de Janeiro poderá repetir-se, o PAICV poderá ser penalizado por causa da desgastada imagem de Pires. Este receio é a mola que espaventa aqueles que o querem longe da política, é a base dos argumentos dos seus adversários: Pedro Pires, se fosse eleito no VI Congresso, condizia o PAICV para uma nova derrota. Ou seja, para o inferno ou país das tormentas. Por isso há pressões, há

Naturalmente, para além das acções do PAICV e do marketing político que for capaz de fazer, acima de tudo seria o insucesso do Governo MpD ou a sua incapacidade em resolver, a contento, os problemas do eleitorado, a ponto de se dispôr a penalizá-lo nas próximas eleições. Seria, portanto, essencialmente por demérito ou impossibilidade do MpD em cumprir o seu programa.

Ora, se o eleitorado se dispuser a apostar no PAICV, será por uma única razão, acho eu: tendo termos de comparação, conclui que o PAICV será mais capaz de resolver os seus problemas de que o MpD, que o PAICV, afinal de contas, governou melhor do que o MpD e que, por consequência, merece voltar ao Governo.

E quem será essa referência do passado do PAICV, se não for Pedro Pires?

Aristides Lima? Se o eleitorado vir, porventura, escolher o PAICV pelas razões atrás apontadas, há-de penitenciar-se por ter, nas eleições anteriores, escolhido desconhecido,

a incógnita. Nestas circunstâncias, quererá apostar de novo no desconhecido, no incógnito que Aristides Lima representaria? Não é o nosso povo quem diz, diante das incertezas que o começo de um novo ano sempre encerra, "se é páano pior, deixa quêl"? Escolher outra incógnita e sofrer novas desilusões, não seria preferível manter a aposta em Carlos Veiga?

Neste cenário, Pedro Pires é válido e imprescindível ao PAICV e teriorizá-lo aqueles que nele apostam. Até porque joga ainda a favor dele a sua base social de apoio que, deixando Pires de ser rei no tabuleiro do PAICV, poderá ela, em grande parte, ir engrassar o exército dos abstencionistas, o que poderia pôr em perigo a hipotética vitória do PAICV.

Se o MpD conseguir manter um certo equilíbrio económico e social, se não se desgastar o suficiente para perder a maioria e se o regresso ao Poder depender mais da renovação da imagem do PAICV, renovação que, para ser credível e capaz de convencer o eleitorado, terá que passar, necessariamente, pelo afastamento do espectro de um regresso ao passado, eleger Pedro Pires no VI Congresso seria um deliberado acto de suicídio, a aposta na liderança de Pires seria um erro histórico, Pedro Pires seria um obstáculo intransponível na caminhada do PAICV para o Palácio da Várzea. Neste caso, e só neste caso, o melhor dos candidatos será Aristides Lima.

Mas como poderá o PAICV saber, até ao Congresso de Julho, qual dos dois cenários a prevalecer? Eis aqui o dilema. O resultado nítido da governação do MpD — sucesso ou insucesso aos olhos do eleitorado — só será verdadeiramente conhecido lá mais para a frente, nas vésperas do final do mandato. Só lá é que se saberá se o eleitorado estará disposto a penalizar o MpD porque governou mais pouco que o PAICV e, assim, voltar para o seu referencial, Pedro Pires, ou se achará que o Governo de Carlos Veiga peccou muito mais não o bastante para lhe retirar o poder, a não ser que o PAICV o convença de que tudo mudou e é capaz de, no mesmo quadro de valores, fazer melhor do que o partido do Movimento.

O drama do PAICV é que tem de escolher agora, no mês de Julho. Se elege Pires e o eleitorado não sentir saudades doutorosa, quando for votar? Se não elege Pires e o eleitorado não quiser apostar mais no MpD e, consequentemente, em alguém que não tenha dado provas de governar bem?

Eis a encruzilhada. Se elege Pires, pode perder; se o não elege, pode perder. É caso para dizer que o PAICV é refém de Pedro Pires. Como no ditado, o PAICV está preso por ter Pires e preso por não ter Pires.